



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENADORIA DE LOGÍSTICA

TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

1.1. Aquisição de bens de TI, bens comuns, conforme tabela abaixo:

| Item | Descrição | CATMAT / CATSER | Unidade | Qtd. | Marca e modelo de Referência |
|------|--|-----------------|---------|-------------------------|------------------------------|
| 1 | NOBREAK 1,2KVA - conforme especificações do subitem 3.1.1. | 481193 | Unidade | 553 | - |
| 2 | NOBREAK 1,2KVA - conforme especificações do subitem 3.1.1. | 481193 | Unidade | 185 (COTA RESERVADA) | - |
| 3 | NOBREAK 3KVA - conforme especificações do subitem 3.1.2. | 481193 | Unidade | 6 | - |
| 4 | NOBREAK 3KVA - conforme especificações do subitem 3.1.2. | 481193 | Unidade | 2 (COTA RESERVADA) | - |

| | | | | | |
|---|--|--------|---------|-----------------------|---|
| 5 | NOBREAK 6KVA - conforme especificações do subitem 3.1.3. | 481193 | Unidade | 3 | - |
| 6 | NOBREAK 6KVA - conforme especificações do subitem 3.1.3. | 481193 | Unidade | 2 (COTA RESERVADA) | - |

1.1.1. Foi estabelecida cota reservada de até 25% nos itens 2, 4 e 6 para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o disposto no art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base nas informações contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), presente no Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº 2023.0.000022509-3 (documento SEI 3190125), aprovado em 21 de junho de 2023 pelo Secretário de Tecnologia da Informação, Michel Marchetti Kovacs (documento 3192289).

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

3.1. Aquisição de bens de TI com garantia de 48 meses, conforme especificações técnicas descritas abaixo:

3.1.1. NOBREAK 1,2KVA (itens 1 e 2)

A. Potência: 1200VA / 600W

B. Tensão de entrada: 115V / 127V / 220V

C. Tensão de saída: 115V

D. Número de tomadas: 6

E. Conectores de Entrada: 1x Energia NBR 14136

F. Conectores de Saída: 6x Energia NBR 14136

G. Saída

a. Capacidade de energia de saída: 600Watts / 1.2 kVA

b. Potência Máxima Configurável (Watts): 600Watts / 1.2 kVA

- c. Tensão nominal de saída: 115V
- d. Frequência de Saída (sincronizada com rede elétrica): 60 Hz
- e. Topologia: Line interactive
- f. Tipo de forma de onda: Senoidal aproximada
- H. Entrada
 - a. Tensão nominal de entrada: 115V , 220V
 - b. Frequência de entrada: 60 Hz
 - c. Tipo de Conexão de Entrada: NBR 14136
 - d. Comprimento do Cabo: Mínimo 115 cm
- I. Dimensões físicas máximas: 26cm x 15cm x 41cm com volume máximo de 12.000 cm³;
- J. Peso máximo: 12 Kg com bateria;
- K. Número de Cabos de Alimentação: 1
- L. Baterias e Tempo de operação
 - a. Tipo de bateria: Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção : a prova de vazamento
 - b. Tempo de recarga típico — 12hora(s)
 - c. Baterias sobressalentes — 24008
 - d. Quantidade de RBC-2
 - e. Autonomia — Mínima de 30 minutos para 1 PC on-board + 1 monitor de LCD 19”
- M. Estabilizador interno com 4 estágios de regulação.
- N.DC Start.
- O. Battery Saver: evita o consumo desnecessário da carga da bateria, preservando a sua vida útil.

- P. Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída.
- Q. Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado.
- R. Recarregador Strong Charger: possibilita a recarga da bateria mesmo com níveis muito baixos de carga.
- S. True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento.
- T. Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade: aumenta a confiabilidade e o desempenho do circuito eletrônico interno.
- U. Autoteste: ao ser ligado, o no testa os circuitos internos, garantindo assim o seu funcionamento ideal.
- V. Interativo regulação online.
- W. Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).
- X. Circuito desmagnetizador: garante o valor de tensão adequado para equipamentos de informática, áudio e vídeo (cargas não lineares).
- Y. Led colorido no painel frontal: indica as condições de funcionamento do no modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão, entre outras informações.
- Z. Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações.
- AA. Botão liga/ desliga temporizado com função Mute: evita o acionamento ou desacionamento acidental, além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento.
- BB. Porta fusível externo com unidade reserva.
- CC. Forma de onda do inversor Senoidal por aproximação (retangular PWM controle de largura e amplitude)
- DD. Fator de potência 0,5

3.1.2. NOBREAK 3KVA (itens 3 e 4)

- A. Potência mínima suportada de 3 kVA;
- B. Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do equipamento;

C. Possuir 1(uma) interface de comunicação serial padrão RS-232C ou RS-485 ou USB e 1(uma) interface Ethernet com detecção automática para as velocidades de 10/100Mbps BaseTx;

D. O gabinete principal deverá ser de estrutura metálica com tratamento anticorrosivo, proteção a contatos elétricos, pintura em epóxi eletrostática, ventilação forçada contínua e com capas de proteção para as régua de bornes elétricos com proteção IP-20;

E. Todas as conexões elétricas deverão ser através de régua de bornes na parte dianteira ou traseira inferior ao gabinete, com identificação das fases e terra em cada ponto de conexão;

F. Dupla conversão com fornecimento contínuo de energia, sem qualquer interrupção na tensão de saída durante blackouts completos ou qualquer interrupção momentânea;

G. Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e em linha de fabricação.

H. TENSÃO DE ENTRADA

a. Tensão de entrada deverá ser de 220 V - BIFÁSICA, via borne ou tomada com transformador isolador de entrada e saída, interno ao gabinete;

b. Deverá suportar variação da tensão de entrada de $\pm 18\%$;

c. A frequência de entrada deverá ser de 60 Hz $\pm 8\%$;

d. Alimentação via régua de bornes ou tomada.

I. TENSÃO DE SAÍDA

a. Tipo alternada, permanente e estabilizada;

b. Tensão de saída deverá ser 115V –127 V via tomadas;

c. A variação máxima da tensão de saída deverá ser de $\pm 1\%$;

d. A distorção harmônica (THD) com carga resistiva deverá ser menor ou igual a 3%;

e. A frequência de saída deve ser de 60 Hz variável de 55 a 65hz;

f. O fator potência deverá ser de no mínimo 0,8;

g. A forma de onda deverá ser senoidal pura;

h. O fator de crista para a corrente deverá ser de 3:1;

- i. Regulação dinâmica para carga resistiva < 4%
- j. Regulação estática para carga resistiva 3%
- k. A saída via régua de no mínimo de 4 (quatro) tomadas padrão NBR 14136.

J. DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO

- a. Deve possuir proteções contra sobrecarga, sobretensão, subtensão, devendo nestas situações operar em modo bateria;
- b. Possuir proteção contra descarga total da bateria, devendo nesta situação soar alarme e indicar através do display que a bateria está no limite mínimo de carga e que o equipamento irá se desligar;
- c. Equipamento dotado de transformador isolador de entrada e saída com isolamento galvânica;
- d. Deve possibilitar a partida pelas baterias, sem a presença de rede;
- e. Deve executar na inicialização o auto-teste completo do sistema inclusive das baterias;
- f. O bypass do equipamento deve ser automático em casos de falhas ou sobrecargas e também manual, via display/ teclado;
- g. O bypass do equipamento deve ser estabilizado.

K. SINALIZAÇÕES DE ÁUDIO-VISUAIS DE EVENTOS

- a. Possuir painel com display de cristal líquido com indicadores de nobreak ligado, rede elétrica presente, operação bateria, sub e sobretensão;
- b. Possuir alarmes sonoros indicando ocorrências de falhas, sobrecarga na saída, modo de operação em bateria e proximidade de final de carga da autonomia da bateria.

L. BANCO DE BATERIA

- a. Interna, composta por baterias seladas reguladas por válvula (VRLA), sem exalação de gases, com expectativa de vida útil de 02 anos;
- b. O tempo de autonomia total à MEIA carga deverá ser de no mínimo 30 (trinta) minutos;
- c. Tempo de recarga das baterias para 90% da carga deverá ser igual ou inferior a 8 horas;
- d. Caso seja fornecido banco de bateria externo, este deverá possuir padrão de acabamento e construção semelhantes ao gabinete do no-break, que ficarão lado a lado;
- e. Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do banco de baterias;

f. Não serão aceitas baterias AUTOMOTIVAS e/ou ESTACIONÁRIAS.

M. ACESSÓRIOS

a. Fornecer todos os cabos e conectores necessários para o bom funcionamento do nobreak, com exceção dos cabos de entrada e distribuição.

N. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

a. Fornecer junto com o equipamento manual técnico do usuário e de referência contendo todas as informações sobre o mesmo com as instruções para instalação, configuração e operação em Português;

b. Fornecer memorial de cálculo de autonomia

O. GERENCIAMENTO DE ENERGIA

a. Deve se fornecido software gerente SNMP, capaz de monitorar dispositivos via RJ45 (agentes SNMP) de no mínimo 50 (cinquenta) equipamentos nobreak;

b. Os agentes SNMP devem possuir como características básicas os protocolos SNMP (UPS MIB RFC 1628 padrão), TCP/IP, HTTP e SMTP, e servidor web embarcado para acessar de forma individual as informações de cada UPS;

c. O software deve concentrar todos os equipamentos em uma única tela, possibilitado a identificação e monitoração dos UPS, além de ter as seguintes características:

i. Sinalização do Status de operação do nobreak;

ii. Rede elétrica presente;

iii. Modo bateria;

iv. Bypass; e

v. Perda de comunicação com o software.

d. Gerar diagrama de blocos de funcionamento do UPS com as principais leituras do equipamento:

i. Tensão de entrada;

ii. Tensão de saída;

iii. Frequência;

iv. Potência consumida; e

v. Nível de carga das baterias.

e. Registro de Eventos: O software armazena informações de eventos com data e horário que ocorreram (falha AC, AC restaurado, Shutdown ativado, entre outros);

f. Registro de Dados: O software armazena as principais leituras do UPS e sendo possível visualizar, as mesmas, em forma de gráfico;

g. Notificação de eventos críticos por:

i. Pop-UP;

ii. Email;

iii. Sinais audiovisuais.

h. Permite a execução/invocação de alguns programas no formato.EXE e .BAT;

i. Permitir a criação de usuários com níveis diferentes de acesso para acessar as informações do software (Ex.: Adm, User e Operator).

3.1.3. NOBREAK 6KVA (itens 5 e 6)

A. Potência mínima suportada de 6 kVA;

B. Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do equipamento;

C. Possuir 1(uma) interface de comunicação serial padrão RS-232C ou RS-485 ou USB e 1(uma) interface Ethernet com detecção automática para as velocidades de 10/100Mbps BaseTx;

D. O gabinete principal deverá ser de estrutura metálica com tratamento anticorrosivo, proteção a contatos elétricos, pintura em epóxi eletrostática, ventilação forçada contínua e com capas de proteção para as réguas de bornes elétricos com proteção IP-20;

E. Todas as conexões elétricas deverão ser através de réguas de bornes na parte dianteira ou traseira inferior ao gabinete, com identificação das fases e terra em cada ponto de conexão.

F. Dupla conversão com fornecimento contínuo de energia, sem qualquer interrupção na tensão de saída durante blackouts completos ou qualquer interrupção momentânea.

G. Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e em linha de fabricação.

H. TENSÃO DE ENTRADA

- a. Tensão de entrada deverá ser de 220 V - BIFÁSICA, via borne ou por tomada, com transformador isolador de entrada e saída, interno ao gabinete;
- b. Deverá suportar variação da tensão de entrada de $\pm 18\%$;
- c. A frequência de entrada deverá ser de 60 Hz $\pm 5\%$;
- d. Alimentação via régua de bornes ou tomada.

I. TENSÃO DE SAÍDA

- a. Tipo alternada, permanente e estabilizada;
- b. Tensão de saída deverá ser 115V -127V, com seleção via display e por tomadas;
- c. A variação máxima da tensão de saída deverá ser de $\pm 1\%$;
- d. A distorção harmônica (THD) com carga resistiva deverá ser menor ou igual a 3% ;
- e. A frequência de saída deve ser de 60 Hz; $\pm 0,5\%$
- f. O fator potência deverá ser de no mínimo 0,8;
- g. A forma de onda deverá ser senoidal pura;
- h. O fator de crista para a corrente deverá ser de 3:1;
- i. Regulação dinâmica para carga resistiva $< 4\%$;
- j. Regulação estática para carga resistiva $\pm 1\%$;
- k. A saída via régua de no mínimo de 4 (quatro) tomadas padrão NBR 14136 ou a saída através de bornes, cuja conexão permite conectar a saída do No-Break a um circuito de distribuição.

J. DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO

- a. Deve possuir proteções contra sobrecarga, sobretensão, subtensão, devendo nestas situações operar em modo bateria;
- b. Possuir proteção contra descarga total da bateria, devendo nesta situação soar alarme e indicar através do display que a bateria está no limite mínimo de carga e que o equipamento irá se desligar;

- c. Equipamento dotado de transformador isolador de entrada e saída com isolamento galvânica;
- d. Deve possibilitar a partida pelas baterias, sem a presença de rede;
- e. Deve executar na inicialização o auto-teste completo do sistema inclusive das baterias;
- f. O bypass do equipamento deve ser automático em casos de falhas ou sobrecargas e também manual, via display/teclado.

K. SINALIZAÇÕES DE ÁUDIO-VISUAIS DE EVENTOS

- a. Possuir painel com display de cristal líquido com indicadores de no-break ligado, rede elétrica presente, operação bateria, sub e sobretensão;
- b. Possuir alarmes sonoros indicando ocorrências de falhas, sobrecarga na saída, modo de operação em bateria e proximidade de final de carga da autonomia da bateria.

L. BANCO DE BATERIA

- a. Interna gabinete, composta por baterias seladas reguladas por válvula (VRLA), sem exalação de gases, com expectativa de vida útil de 02 anos;
- b. O tempo de autonomia total à plena carga deverá ser de no mínimo 10 (dez) minutos;
- c. Tempo de recarga das baterias para 90% da carga deverá ser igual ou inferior a 10 horas;
- d. Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do banco de baterias;
- e. Não serão aceitas baterias AUTOMOTIVAS e/ou ESTACIONARIAS.

M. ACESSÓRIOS

- a. Fornecer todos os cabos e conectores necessários para o bom funcionamento do no-break, com exceção dos cabos de entrada e distribuição.

N. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- a. Fornecer, junto com o equipamento, manual técnico do usuário e de referência contendo todas as informações sobre o mesmo com as instruções para instalação, configuração e operação — em Português;
- b. Fornecer memorial de cálculo de autonomia.

O. GERENCIAMENTO DE ENERGIA

- a. Deve se fornecido software gerente SNMP, capaz de monitorar dispositivos via RJ45 (agentes SNMP) de no mínimo 50 (cinquenta) equipamentos nobreak;

- b. Os agentes SNMP devem possuir como características básicas os protocolos SNMP (UPS MIB RFC 1628 padrão), TCP/IP, HTTP e SMTP, e servidor web embarcado para acessar de forma individual as informações de cada UPS;
- c. O software deve concentrar todos os equipamentos em uma única tela, possibilitado a identificação e monitoração dos UPS, além de ter as seguintes características:
- i. Sinalização do Status de operação do nobreak;
 - ii. Rede elétrica presente;
 - iii. Modo bateria;
 - iv. Bypass;
 - v. Perda de comunicação com o software.
- d. Gerar diagrama de blocos de funcionamento do UPS com as principais leituras do equipamento:
- i. Tensão de entrada;
 - ii. Tensão de saída;
 - iii. Frequência;
 - iv. Potência consumida.
- e. Registro de Eventos: O software armazena informações de eventos com data e horário que ocorreram (falha AC, AC restaurado, Shutdown ativado, entre outros);
- f. Registro de Dados: O software armazena as principais leituras do UPS e sendo possível visualizar, as mesmas, em forma de gráfico;
- g. Notificação de eventos críticos por:
- i. Pop-UP;
 - ii. Email;
 - iii. Sinais audiovisuais.
- h. Permite a execução/invocação de alguns programas no formato “.EXE” e “.BAT”;
- i. Permitir a criação de usuários com níveis diferentes de acesso para acessar as informações do software (Ex.: Adm, User e Operator).

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1. Obrigações da contratada:

4.1.1. Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo.

4.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de referência, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções.

4.1.3. Informar, no momento de envio da proposta de preços, os contatos de telefone e endereço eletrônico para comunicação com a Contratante, bem como manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas. Toda a comunicação referente à execução do objeto será realizada por meio do e-mail informado pela Contratada.

4.1.4. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

4.1.5. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

4.1.6. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº23.650/2021.

4.1.7 Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

4.2. Obrigações do contratante:

4.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.2.2. Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2.3. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para seja sanado o problema.

4.2.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. Obrigações comuns às partes:

4.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/202 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

4.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1. O TRE-RJ fará as aquisições mediante emissão da nota de empenho ou termo de contrato, que deverá ser aceita ou assinado pela empresa vencedora do certame em, no máximo, 3 dias úteis, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

5.2. O prazo do subitem 5.1 poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

5.3. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

5.4. Prazo para entrega do material: A entrega do quantitativo descrito na nota de empenho deverá ser realizada no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da nota de empenho.

5.4.1. Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir os produtos recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez.

5.4.2. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis

5.4.3. Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail compras@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal.

5.4.4. O material deverá ser entregue acompanhado do seu respectivo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).

5.5. Local e horário de entrega do material: Seção de Serviços, Provisões e Equipamentos (SESPEQ), localizada na Av. Rodrigues Alves, 161, Saúde, Rio de Janeiro, no horário das 12h às 17h. Telefones: (21) 2223-2109/ 2223-2621 / 3436-8149.

5.6. Embalagem: o material deverá ser acondicionado conforme a praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor.

5.7. Prazo de Atesto e recebimento definitivo: 7 dias úteis, contados do recebimento do material.

5.7.1. O atesto da nota fiscal comprova o recebimento definitivo do objeto.

5.7.2. O prazo de qualquer etapa da liquidação de despesa poderá ser prorrogado justificadamente, sempre que se faça necessária a realização de diligências para a comprovação do cumprimento de obrigações contratuais.

5.8. A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o mero recebimento não caracteriza a sua aceitação.

5.9. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações.

5.10. Garantia

5.10.1. O prazo de garantia, de responsabilidade do fornecedor, para o objeto da licitação deverá ser de, no mínimo, 48 meses para todos os itens listados neste TR e será contado a partir do aceite definitivo dos equipamentos.

5.11. Forma de Atendimento da Assistência Técnica

5.11.1. Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), indicando 0800 ou número local.

5.11.2. O atendimento será do tipo “on site” mediante manutenção corretiva nas dependências do TRE-RJ localizadas no município do Rio de Janeiro, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 4 dias úteis, contados após a abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos, sem ônus adicional para o TRE-RJ.

5.11.3. A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos por outros de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do TRE-RJ.

5.11.4. Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sendo sempre “novos e de primeiro uso”.

5.11.5. Com vistas à destinação final ambientalmente adequada dos bens e/ou peças que venham a ser recolhidos em virtude de substituição em garantia, a contratada deverá declarar os responsáveis pelo recolhimento (se a própria contratada ou outros) e especificar a destinação final dos bens e/ou peças (se o próprio fabricante ou outros).

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)

6.1. Equipe de gestão das Atas de Registro de Preços (ARPs) decorrentes da contratação

6.1.1. Tendo em vista que a contratação será realizada pelo procedimento auxiliar de Registro de Preços, seguem os servidores indicados para acompanhamento das ARPs decorrentes desta contratação, conforme determinado no item 190 do título Q do Capítulo II do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos deste Tribunal:

6.1.1.1. Para gestão das ARPs decorrentes dos itens 1 e 2:

6.1.1.1.1. Gestor da Ata de Registro de Preços: FABIANO FREITAS BARBOSA / lotação: Coordenadoria de Logística (COLOG) / colog@tre-rj.jus.br / (21) 3436-8072

6.1.1.1.2. Gestor da Ata de Registro de Preços substituto: ANDRE LUÍS GOULART DO NASCIMENTO / lotação: Seção de Administração e Manutenção de Urnas (SEURNA) / seurna@tre-rj.jus.br / (21) 2223-1404

6.1.1.2. Para gestão das ARPs decorrentes dos itens 3 a 6:

6.1.1.2.1. Gestor da Ata de Registro de Preços: ALBERTO CARMO DE ARAÚJO / lotação: Coordenadoria de Infraestrutura (COINF) / coinf@tre-rj.jus.br / (21) 3436-8061

6.1.1.2.2. Gestor da Ata de Registro de Preços substituto: JOSÉ AMARO DOS SANTOS FILHO / lotação: Seção de Suporte às Redes Locais (SEREDE) / serede@tre-rj.jus.br / (21) 3436-8166

6.2. Equipe de gestão e fiscalização dos contratos decorrentes das ARPs:

6.2.1. Conforme determinado no item 191 do título Q do Capítulo II do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos deste Tribunal, seguem os servidores indicados para acompanhamento dos contratos decorrentes dos pedidos de fornecimento realizados nas ARPs resultantes desta contratação:

6.2.1.1. Para gestão dos contratos decorrentes das ARPs dos itens 1 e 2:

6.2.1.1.1. Gestor do Contrato: SERGIO SIQUEIRA PEREIRA / lotação: Seção de Serviços, Provisões e Equipamentos (SESPEQ) / sespeq@tre-rj.jus.br / (21) 2223-2109

6.2.1.1.2. Gestor do Contrato substituto: LEONARDO DE MELO ROSEIRA / lotação: Seção de Serviços, Provisões e Equipamentos (SESPEQ) / sespeq@tre-rj.jus.br / (21) 3436-8146

6.2.1.2. Para gestão dos contratos decorrentes das ARPs dos itens 3 a 6:

6.2.1.2.1. Gestor do Contrato: JOSÉ AMARO DOS SANTOS FILHO / lotação: Seção de Suporte às Redes Locais (SEREDE) / serede@tre-rj.jus.br / (21) 3436-8166

6.2.1.2.2. Gestor do Contrato substituto: THEOGENES TERRA JUNIOR / lotação: Seção de Suporte às Redes Locais (SEREDE) / serede@tre-rj.jus.br / (21) 3436-8065

6.2.2. Tendo em vista que esse acompanhamento satisfaz as condições para a adoção da Gestão Simplificada, conforme proposto no quadro “Gestão Simplificada” do título C do Capítulo I do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, fica dispensada a designação de fiscais, sendo as atribuições acumuladas pelos gestores.

6.2.3. A unidade responsável pelo recebimento provisório dos materiais será a SESPEQ, conforme subitem 5.5, e o recebimento definitivo será de responsabilidade do Gestor do Contrato.

6.3. A comunicação entre os gestores e as contratadas para esclarecimentos, ajustes etc. será realizada por comunicação telefônica e por mensagem eletrônica, tendo em vista as características de Gestão Simplificada desta contratação.

6.4. Diante das especificidades do presente objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou situações específicas, que ensejam aplicação de multa, além daquelas situações ordinárias (atraso na entrega e inexecução), que serão descritas no futuro edital de licitação.

6.5. A Equipe de Planejamento da presente contratação não identificou riscos além daqueles já listados no macroprocesso de contratações e por esse motivo não elaborou o documento referente ao gerenciamento de riscos.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.2. A Fiscalização tem o prazo de 1 dia útil, a contar do recebimento definitivo, para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

7.2.1. Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido acima retornará à contagem inicial.

7.2.2. Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.3. O pagamento será realizado no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento definitivo do material, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5. No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta à título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021.

7.6. Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12.

7.7. Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou do saneamento na inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada.

7.8. O prazo de qualquer etapa da liquidação de despesa poderá ser prorrogado justificadamente, sempre que se faça necessária a realização de diligências para a comprovação do cumprimento de obrigações contratuais.

7.9. Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

7.10. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

7.11. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, com procedimento auxiliar de registro de preços, sob a forma eletrônica, com com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/2021.

8.1.1. Foi adotado para esta aquisição o procedimento auxiliar de registro de preços em razão da promoção de uma gestão mais eficiente do estoque desse material, pois os pedidos poderão ser feitos levando-se em consideração as solicitações internas e as necessidades estratégicas que ocorrerem durante a vigência contratual, limitados ao quantitativo registrado.

8.1.2. O procedimento auxiliar de registro de preços permitirá, ainda, que sejam realizados pedidos parcelados durante os anos de 2023 e 2024 com base na disponibilidade dos seus respectivos orçamentos.

8.1.3. O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar os seguintes certificados:

8.2.1. De que os equipamentos são fabricados com materiais que não agredam ao meio ambiente, comprovado mediante o atendimento à diretiva RoHs (Restriction of Hazardous Substances) a ser comprovado através de certificado ou autodeclaração do fabricante, a ser entregue pelo licitante classificado em primeiro lugar no momento da aceitação.

8.2.1.1. Em relação a redução de impacto ambiental, será aceito o "Rótulo Ecológico ABNT", que é um certificado de compatibilidade com as normas ISO 14020 e ISO 14024, como comprovação nacional alternativa ao atendimento à diretiva internacional RoHS.

8.2.2. De regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto ao sítio do IBAMA (www.ibama.gov.br) se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadora de Recursos Ambientais – de acordo com o art. 17 inc. I e II

da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 6, de 15/03/13 do IBAMA. Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial.

8.2.2.1. FTE (Ficha Técnica de Enquadramento) do IBAMA número: 5-2.

8.2.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante classificado em primeiro lugar deverá ainda apresentar:

8.2.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já executou objeto da licitação, no mínimo, 25% do quantitativo a ser registrado para cada item.

8.2.3.2. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

9.1. Unidade Gestora Responsável: Coordenadoria de Logística (COLOG) e Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)

9.2. Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

9.3. Código do Item Orçamentário: COL009 e COI014

9.4. Código CNAE: 2710-4/02

9.5. Valor Estimado da despesa: O valor estimado da despesa constará de documento anexo a este TR.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

10.1. Não se aplica.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2023

FABIANO FREITAS BARBOSA
COORDENADOR(A) DE LOGÍSTICA



Documento assinado eletronicamente em 06/07/2023, às 17:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LEONARDO DE MELO ROSEIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE SERVIÇOS, PROVISÕES E EQUIPAMENTOS EM SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 06/07/2023, às 18:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

DEBORA CLAUDIA MAGALHAES DE SOUZA

CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS EM SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 06/07/2023, às 18:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3208145** e o código CRC **ED607124**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
